

“PORTUGAL PRECISA DE MENOS IMPOSTOS”



No debate quinzenal no Parlamento, dia 27 de novembro, o Presidente do PSD criticou o Governo por agravar a vida dos portugueses com mais impostos, nomeadamente a intenção de englobar, em sede de IRS, mais rendimentos, acabando com a taxa autónoma para os rendimentos prediais



pág. 5

PARLAMENTO

“NÃO CONTEM COM O PSD PARA MANTER A LOUCURA DA DESTRUIÇÃO DO SNS”

Numa interpelação ao Governo sobre a “situação da saúde em Portugal”, os deputados do PSD fizeram um retrato do SNS, que se encontra numa situação de “tal forma calamitosa que é impossível disfarçar”



pág. 10

LOCAIS

PSD DE CASTELO BRANCO CONTESTA ENCERRAMENTO DE ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE IDANHA-A-NOVA

A distrital do PSD de Castelo Branco afirmou estar “frontalmente contra” um eventual fecho da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN) no âmbito do processo de reestruturação do Politécnico local



pág. 12

REGIONAIS

GOVERNAÇÃO SOCIALISTA DESCURA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O PSD/Açores advogou, em discussão parlamentar sobre o Plano e Orçamento para 2020, que a governação do PS na região “falhou” e não consegue “elevar os Açores e os açorianos para outros patamares de desenvolvimento”



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

A DESTRUIÇÃO DO SNS

A Ordem dos Médicos divulgou que, até ao passado mês de agosto, 32 médicos solicitaram certificados para exercerem atividade clínica no estrangeiro. Estima-se que, até ao final do ano, cerca de 400 clínicos deverão ter emigrado, um número que daria para suprir as necessidades atuais do Serviço Nacional de Saúde, uma vez que ficaram por ocupar 30% das vagas do último concurso para médicos recém-especialistas.

A fuga de profissionais altamente qualificados e formados no País, como os médicos é mais um sintoma da forma incompetente como o Governo gere o SNS. Rutura, que foi a palavra que o deputado Ricardo Baptista Leite usou na interpelação ao Governo, requerida pelo PSD, é o que melhor define o atual estado do SNS.

É também preciso apontar responsabilidades, nesta situação, aos autores morais do descalabro na saúde pública, as esquerdas. BE e PCP partilham esta responsabilidade, porque aprovaram, sucessivamente, os quatro últimos orçamentos, que levaram a saúde a este patamar de desgraça.

Na mesma interpelação, o deputado Álvaro Almeida, alertou para o facto do prejuízo de 848 milhões de euros registado em 2018, faça temer um défice no SNS na ordem dos mil milhões de euros em 2019. Acresce que o mais recente relatório da OCDE diz que metade dos Portugueses não acedem de forma atempada aos cuidados de saúde que precisam.

Médicos, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos e auxiliares de saúde estão reféns de um sistema, que tem como principais vítimas os utentes. No fim, são sempre os setores mais vulneráveis e as famílias de menores rendimentos, os que mais sofrem com a ditadura das cativações de Mário Centeno, com a inutilidade das intenções de Marta Temido ou da hipocrisia das promessas de António Costa. A governação socialista capitulou perante o poder das Finanças, porque as cativações e os cortes financeiros mandam mais que o direito constitucional de acesso à saúde.

As famílias das classes média e baixa acabam por recorrer a seguros de saúde privados pagos do próprio bolso. Até setembro último, 2 milhões e 758 mil utentes. Os especialistas dizem que a explicação é simples. As famílias com menos posses têm seguros de saúde, porque não têm recursos para pagarem diretamente a especialistas privados.

"Tempos de espera inaceitáveis com o número de doentes em listas de espera constantemente a aumentar. Apesar das promessas da cobertura universal, mais de 600.000 portugueses sem médico de família. (...) Nem um equipamento hospitalar novo foi construído. (...) E apesar de todos estes sinais de desinvestimento, conseguem a proeza de não pagar a fornecedores. (...) Nada. Simplesmente falharam", denunciou Baptista Leite.

É este o direito constitucional que a esquerda tanto gosta de apregoar?, pergunto.

Perante este quadro trágico, não nos surpreende a emigração dos médicos. Foi o Primeiro-Ministro quem fez a opção de aumentar os vencimentos dos magistrados, que já eram privilegiados e ganhavam mais que ninguém, e não tomou uma única medida para valorizar a carreira dos diversos profissionais da saúde, um dos setores mais estrangulado pelas políticas socialistas.

Não contem com o PSD para calar, ignorar ou pactuar ante esta destruição do SNS!

Rui Rio no debate quinzenal

"PORTUGAL IMPOSTOS"



PRECISA DE MENOS



No debate quinzenal no Parlamento, dia 27 de novembro, o Presidente do PSD criticou o Governo por agravar a vida dos portugueses com mais impostos, nomeadamente a intenção para 2020 de englobar, em sede de IRS, mais rendimentos, acabando com a taxa autónoma para os rendimentos prediais. “Portugal não precisa de mais impostos. Portugal precisa de menos impostos”, sintetizou.

O líder do PSD começou por questionar o Primeiro-Ministro sobre o desincentivo à poupança praticada pelos governos socialistas. “Portugal tem hoje uma taxa de poupança igual à dos anos 1950. (...) Estamos com uma taxa de poupança absolutamente miserável. (...) Hoje, quem põe dinheiro num banco, quem poupa, tem um juro absolutamente ridículo. Quem poupa em Portugal não tem qualquer incentivo para o continuar a fazer”, apontou.

Rui Rio insiste que “Portugal precisa de um modelo de crescimento assente nas exportações e no investimento”, modelo que depende do “incentivo à poupança”. “Se tivéssemos ganhado eleições, estaríamos a fazer o exatamente o contrário, não só a taxa liberatória se mantinha como baixava de 28% para os 25%. A receita, se calhar, era maior do que a que temos neste momento”, frisou.

O líder do PSD defendeu que, com as baixas de juro atuais, “ninguém consegue viver com rendimentos de capital”, admitindo que tal só possa acontecer se as poupanças forem investidas em arrendamento urbano, alertando igualmente para os perigos do englobamento neste setor. “Se o fizerem dão uma pancada nos senhorios, dão uma pancada nos inquilinos porque as rendas vão aumentar ainda mais e dão uma pancada nos aforradores e na taxa de poupança”, considerou.

No terceiro debate quinzenal da legislatura, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD inquiriu o Primeiro-Ministro sobre se pretende reintroduzir o imposto sucessório, eliminado durante o Executivo de Durão Barroso.

Este debate quinzenal teve como temas a erradicação da pobreza e as alterações climáticas.



EMIGRAÇÃO DE MÉDICOS SÓ PODE SER TRAVADA COM VALORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Rui Rio considera que o Governo dificilmente evitará a tendência crescente para os médicos portugueses emigrarem, enquanto não aplicar a esses profissionais os mesmos aumentos remuneratórios que beneficiaram outras classes como é o caso, por exemplo, dos magistrados, já remuneratoriamente favorecidos pelo governo socialista. Para o Presidente do PSD, a questão dos médicos e, em parte, dos enfermeiros também, “tem a ver efetivamente com as condições de trabalho”, o que passa muito pela remuneração salarial, “mas não só”. Relacionando o exemplo dos médicos com o dos magistrados judiciais e do Ministério Público, o líder social-democrata questiona: “O que este Governo e o anterior fizeram foi aumentar de forma forte os magistrados, que já ganhavam mais do que todas as demais carreiras, e agora ainda vieram ganhar mais. O Governo está numa posição difícil para agora chegar aos médicos e dizer que não há dinheiro [para aumentos salariais]. Há dinheiro para os que já ganham mais e não há para os que ganham menos?”

Em Aveiro, no sábado, 30 de novembro, o Presidente do PSD alertou que “o Serviço Nacional de Saúde está longe de ser gerido como devia”, e que “muitas vezes o PS atira dinheiro para cima dos problemas”, sem, contudo, “otimizar os recursos disponíveis”.

O líder do PSD reitera que o SNS tem assistido a uma “degradação brutal”, pelo que é “completamente diferente um médico trabalhar num hospital bem equipado e organizado ou trabalhar num hospital que é uma barafunda total e onde faltam coisas”, mas reconhece que as diferenças no tratamento salarial de diferentes classes da função pública também pesam na insatisfação do meio clínico.

Ainda no sábado, o Presidente do PSD defendeu que o processo da descentralização não deve ser apressado. Para Rui Rio, a regionalização só deve ficar decidida através da realização de uma nova consulta popular. “Não me parece justo que algo que foi chumbado por referendo agora possa vir a feito sem ser por referendo”, disse.



“A pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana. E a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização. Essa é a nova regra, o novo início, a nova meta.”

Francisco Sá Carneiro

“NÃO CONTEM COM O PSD PARA MANTER A LOUCURA DA DESTRUIÇÃO DO SNS”



Ricardo Baptista Leite fez esta quinta-feira, no Parlamento, um retrato da saúde em Portugal e que sintetizou de uma forma simples: “um SNS em rutura”. Numa interpelação ao Governo sobre a “Situação da saúde em Portugal”, o também porta-voz do Conselho Estratégico Nacional (CEN) para a Saúde, começou por apontar as contradições de figuras da esquerda que, por um lado, criticam a degradação do SNS e, por outro lado, capitularam perante os factos negativos quando viabilizaram orçamentos que conduziram a um estado calamitoso. Ricardo Baptista Leite referiu-se aos alertas de Correia de Campos, que falou num “SNS perto de uma crise grave”; de Carlos César, que deu uma reprimenda ao Executivo sobre a “tendência de degradação do Serviço Nacional de Saúde”; da atual líder do grupo parlamentar socialista, a deputada Ana Catarina Mendes, que reconheceu “os relatos de falhas no SNS”; e de Catarina Martins, coordenadora do BE, que numa entrevista revelou que a “saúde é dos setores mais frágeis” da governação.

“Isto depois do Bloco, PCP e PEV terem aprovado e viabilizado quatro orçamentos seguidos nesta Assembleia da República. Isto depois de quatro anos de ação cúmplice entre PS, PCP, Bloco e PEV no desgoverno da nossa saúde. Se a saúde está frágil é também pela vossa irresponsabilidade e pela vossa ambição cega pelo poder. O poder não pode existir apenas pelo poder. O poder só deve existir se for para servir as pessoas. E os senhores violaram esse contrato social com os portugueses, abandonando-os cada vez mais à sua sorte”, denunciou.

O deputado do PSD lamenta que o Governo e a maioria de esquerda tenham “teimosamente negado esta realidade”. “Diziam que o SNS nunca havia produzido melhores resultados nos seus 40 anos de existência. Mas depois vieram as eleições e tudo mudou. Foi a epifania”, ironizou.

Ricardo Baptista Leite considera que o primeiro passo é o Governo reconhecer o fracasso da sua ação: “tempos de espera inaceitáveis com o número de doentes em listas de espera constantemente a aumentar”, como 800 dias para os doentes com patologia cardíaca; pouca cobertura nacional, “com mais de 600.000 portugueses sem médico

de família”; menos disponibilidade de profissionais do que tínhamos no tempo da crise; “degradação dos indicadores de saúde materno-infantil”; médicos, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos e auxiliares de saúde a trabalharem sem qualquer reconhecimento da tutela; “investimento irrisório nos cuidados continuados e uma ausência quase absoluta de respostas de cuidados paliativos”; falta de investimento total, já que “nem um equipamento hospitalar novo foi construído nestes vossos anos de governação”; atrasos no pagamento a fornecedores, “com o consequente aumento das dívidas”; incapacidade de “resposta aos desafios do envelhecimento, das necessidades de autonomia da gestão, dos avanços tecnológicos, ou da humanização”.

“Nada. Simplesmente falharam. Por isso, está na hora de inverter o caminho e para isso o Governo tem de fazer o seu mea culpa. O Primeiro-Ministro tem de reconhecer o desnorte na saúde e tem de assumir que está agora disponível para fazer as mudanças estruturais que o SNS precisa”, assinalou.

O deputado social-democrata entende que o Governo é “incapaz de reconhecer os seus erros”, ao mesmo tempo que será “incapaz de mudar de rumo”. “Já Einstein dizia que insanidade é continuar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes. Temos de acabar com esta loucura antes que ela destrua de vez o Serviço Nacional de Saúde”, acrescentou.

Ricardo Baptista Leite conclui que a solução para acabar com a “degradação do SNS”, que é de “tal forma calamitosa que é impossível disfarçar”, é reformar o sistema “de cima a baixo”. “O Partido Social Democrata está disponível para reformar a saúde em Portugal e sabemos o caminho que tem de ser percorrido para salvar o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, não vale a pena falarem em pactos de regime e outros acordos que não sejam para reformar o sistema de cima a baixo. Se o Partido Socialista quer continuar a negociar os Orçamentos do Estado como se de uma mercearia se tratasse, então que continue a ir ao supermercado da geringonça. Para continuar tudo como está, não contem connosco”, disse.

Cristóvão Norte: “saúde adiada é saúde negada”

Cristóvão Norte, deputado do PSD, considera “uma dor de alma constatar a degradação do Serviço Nacional de Saúde”. Na interpelação ao Governo sobre saúde na sessão plenária do Parlamento, esta quinta-feira, Cristóvão Norte criticou “a incapacidade e incompetência de um Governo omissivo” nas suas responsabilidades.

O deputado do PSD lamenta o completo desnorte de um Ministério que não transfere para os hospitais “os meios para pagar a fornecedores” ou para “adquirir medicamentos”, só dispondo de “dinheiro para pagar salários”. “Em 2018, o Serviço Nacional de Saúde teve o pior resultado de sempre”, resumiu o deputado.

Cristóvão Norte denuncia o completo desprezo do Governo pelo direito dos portugueses no acesso a cuidados de saúde atempados e tendencialmente gratuitos, “de um Governo que ignora [as pessoas] e que já não se comove com a tragédia do SNS”. “Saúde adiada é saúde negada”, expressou.

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) acaba de divulgar um relatório que expõe deficiências graves na prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo adequado a doentes em unidades de saúde da Feira e Algarve.

Álvaro Almeida alerta: défice do SNS pode atingir mil milhões de euros

No encerramento da interpelação do PSD ao Governo sobre saúde, o deputado Álvaro Almeida alertou para o “descalabro financeiro” do SNS semelhante ao do período socialista da pré-bancarota e que pode atingir mil milhões de euros só no corrente ano.

Para Álvaro Almeida, o Governo tenta passar a ideia que, depois de quatro anos no Governo, “agora é que estão a trabalhar”, mas “a suborçamentação no SNS nunca foi tão grave”. “O prejuízo de 848 milhões de euros registado em 2018 é o maior de sempre (...) O agravamento do défice

PARLAMENTO

nos primeiros dez meses de 2019 faz temer o pior para este ano: É possível neste ritmo que o prejuízo do SNS ande perto dos mil milhões de euros”, apontou.

O deputado entende que “mil milhões de euros de suborçamentação não é um pequeno problema que se resolva com 1 ou 2% no Orçamento do Estado”. “Somados aos 3 mil milhões de dívidas a fornecedores, traduzem um descalabro financeiro semelhante ao que existia quando a ‘troika’ foi chamada pelo PS em 2011”, alertou.

O deputado criticou o estado de negação e a “mistificação” do Executivo que, “até às eleições de outubro”, refutou quaisquer problemas do SNS, mas recentemente mudou de atitude, agora reconhece que há problemas, mas tenta passar a ideia de que sempre existiram”.

Álvaro Almeida salientou ainda que “a capacidade de contratação do SNS não aumentou a sua capacidade de resposta”, sendo que os recursos humanos disponíveis – à exceção dos médicos – “são menos do que os que existiam quando o PS tomou posse”.

O coordenador da Comissão de Saúde para esta área é perentório: “O SNS está pior hoje do que quando o anterior Governo socialista tomou posse em 2015. (...) O problema é que quem gere o Ministério da Saúde no governo socialista é o ministro das Finanças”, criticou.

No debate, a questão do encerramento das urgências pediátricas do Hospital Garcia de Orta no período noturno foi introduzida por Sandra Pereira, deputada do PSD. “Como é que foi possível que a senhora ministra em fevereiro, antes das eleições, tenha dito que estava fora de questão fechar e, em novembro, depois das eleições, encerra essas mesmas urgências?”, interrogou a deputada, considerando esta decisão “inaceitável e uma imprudência para as famílias da margem sul”.

PSD quer soluções para corrigir a falta de pediatras no Hospital de Chaves

Os deputados do PSD, nomeadamente os eleitos pelo distrito de Vila Real, querem saber que medidas irá avançar o Governo para “corrigir a ausência de pediatras” durante a noite na urgência pediátrica do Hospital de Chaves, que funciona apenas com um especialista em regime de prevenção.

O PSD acaba de apresentar no Parlamento um conjunto de perguntas à ministra da Saúde. Na missiva, os deputados mostram-se “preocupados com a situação em que se encontra” o serviço de pediatria de Chaves, inserido no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD).

O PSD recorda que aquele serviço é constituído “por sete médicos pediatras dos quais três têm idade superior a 55 anos e um outro irá proximamente alcançar os 55 anos”.

Os deputados alertam para o “envelhecimento da equipa médica, conjugado com a falta de recursos humanos e a pouca mobilidade de pediatras entre as unidades do CHTMAD”, que “tem agravado o nível de serviço prestado” e implica “constrangimentos na restante atividade da pediatria (internamento, consultas, urgência interna e urgência).

Atualmente, aquela urgência pediátrica funciona das 08h00 às 20h00 com um médico pediatra em presença física e após as 20h00 em regime de prevenção. A administração do centro hospitalar informou, em outubro, que, “no período entre as 20h00 e as 08h00, as crianças são observadas por médicos do serviço de urgência que, em caso de necessidade, chamam o pediatra que está de prevenção que, de imediato, se desloca ao hospital”.

“Ora, o serviço de urgência da unidade de Chaves, integrado na rede de urgências como médico-cirúrgica, implica um atendimento pediátrico em presença física 24 horas por dia (Despacho n.º 10129/2014), pelo que se encontra, assim, em incumprimento legal”, acusa o PSD.

Os deputados querem, por isso, saber se o “Governo tem conhecimento da situação da pediatria da unidade de Chaves e do funcionamento do respetivo serviço de urgência” e que “medidas estão a ser implementadas para corrigir a ausência de pediatras durante o período noturno”.

Questionam ainda a ministra da Saúde sobre se “pondera encerrar o serviço de urgência de pediatria”, se “está prevista a contratação de novos pediatras” para esta unidade e se



os especialistas “a contratar serão mais uma vez colocados no serviço de pediatria de Vila Real”.

Segundo os parlamentares, o serviço de pediatria do hospital de Vila Real, que dista cerca de 70 quilómetros de Chaves, é “constituído por 23 médicos pediatras e 11 internos em formação”.

O Hospital de Chaves, integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, integra na sua área de abrangência os concelhos de Chaves, Montalegre, Boticas, Valpaços e algumas localidades do concelho de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, cobrindo 94.143 habitantes.

As perguntas dos deputados do PSD

O Governo tem conhecimento da situação do serviço de Pediatria da Unidade de Chaves e do funcionamento do respetivo serviço de urgência?

Que medidas estão a ser implementadas para corrigir a ausência de pediatras durante o período noturno?

Está prevista a contratação de novos pediatras para a Unidade de Chaves? Ou os pediatras a contratar serão mais uma vez colocados no serviço de Pediatria de Vila Real?

A tutela pondera encerrar o serviço de Urgência de Pediatria da Unidade de Chaves?

Qual a posição do Ministério sobre a mobilidade de profissionais entre as Unidades do mesmo Centro Hospitalar?

Quais as medidas que o Governo está a pensar tomar para fixar os profissionais no interior?

PSD QUER SOLUÇÕES PARA CORRIGIR A FALTA DE PEDIATRAS NO HOSPITAL DE CHAVES

Os deputados do PSD, nomeadamente os eleitos pelo distrito de Vila Real, querem saber que medidas irá avançar o Governo para “corrigir a ausência de pediatras” durante a noite na urgência pediátrica do Hospital de Chaves, que funciona apenas com um especialista em regime de prevenção.

O PSD acaba de apresentar no Parlamento um conjunto de perguntas à ministra da Saúde. Na missiva, os deputados mostram-se “preocupados com a situação em que se encontra” o serviço de pediatria de Chaves, inserido no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD).

O PSD recorda que aquele serviço é constituído “por sete médicos pediatras dos quais três têm idade superior a 55 anos e um outro irá proximamente alcançar os 55 anos”.

Os deputados alertam para o “envelhecimento da equipa médica, conjugado com a falta de recursos humanos e a pouca mobilidade de pediatras entre as unidades do CHTMAD”, que “tem agravado o nível de serviço prestado” e implica “constrangimentos na restante atividade da pediatria (internamento, consultas, urgência interna e urgência).

Atualmente, aquela urgência pediátrica funciona das 08h00 às 20h00 com um médico pediatra em presença física e após as 20h00 em regime de prevenção. A administração do centro hospitalar informou, em outubro, que, “no período entre as 20h00 e as 08h00, as crianças são observadas por médicos do serviço de urgência que, em caso de necessidade, chamam o pediatra que está de prevenção que, de imediato, se desloca ao hospital”.

“Ora, o serviço de urgência da unidade de Chaves, integrado na rede de urgências como médico-cirúrgica, implica um atendimento pediátrico em presença física 24 horas por dia (Despacho n.º 10129/2014), pelo que se encontra, assim, em incumprimento legal”, acusa o PSD.

Os deputados querem, por isso, saber se o “Governo tem



conhecimento da situação da pediatria da unidade de Chaves e do funcionamento do respetivo serviço de urgência” e que “medidas estão a ser implementadas para corrigir a ausência de pediatras durante o período noturno”.

Questionam ainda a ministra da Saúde sobre se “pondera encerrar o serviço de urgência de pediatria”, se “está prevista a contratação de novos pediatras” para esta unidade e se os especialistas “a contratar serão mais uma vez colocados no serviço de pediatria de Vila Real”.

Segundo os parlamentares, o serviço de pediatria do hospital de Vila Real, que dista cerca de 70 quilómetros de Chaves, é “constituído por 23 médicos pediatras e 11 internos em formação”.

O Hospital de Chaves, integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, integra na sua área de abrangência os concelhos de Chaves, Montalegre, Boticas, Valpaços e algumas localidades do concelho de Vila Pouca

de Aguiar e Ribeira de Pena, cobrindo 94.143 habitantes.

As perguntas dos deputados do PSD

O Governo tem conhecimento da situação do serviço de Pediatria da Unidade de Chaves e do funcionamento do respetivo serviço de urgência?

Que medidas estão a ser implementadas para corrigir a ausência de pediatras durante o período noturno?

Está prevista a contratação de novos pediatras para a Unidade de Chaves? Ou os pediatras a contratar serão mais uma vez colocados no serviço de Pediatria de Vila Real?

A tutela pondera encerrar o serviço de Urgência de Pediatria da Unidade de Chaves?

Qual a posição do Ministério sobre a mobilidade de profissionais entre as Unidades do mesmo Centro Hospitalar?

Quais as medidas que o Governo está a pensar tomar para fixar os profissionais no interior?

DEPUTADOS QUESTIONAM MAI SOBRE A PROMESSA DE INCORPORAÇÃO DE 200 NOVOS MILITARES NA GNR



Os deputados social-democratas questionaram o ministro da Administração Interna sobre as razões para o adiamento da incorporação de 200 novos militares na Guarda Nacional Republicana (GNR), situação que está a ser travada pelo Ministério das Finanças.

Numa pergunta apresentada na Assembleia da República, o grupo parlamentar do PSD lembra que, em maio passado, o ministro Eduardo Cabrita, anunciou numa cerimónia pública que ainda no decorrer de 2019 seria realizada a incorporação de 200 novos militares naquela força de segurança. Apesar deste compromisso, e de acordo com informação divulgada pelos meios de comunicação social, “o anunciado reforço do efetivo da GNR estará a ser travado pelo Ministério das Finanças, não tendo ainda recebido a necessária autorização”, alerta o PSD.

Os deputados do PSD notam que “é sobejamente sabido que o défice de efetivo com funções operacionais na GNR é atualmente de cerca de vários milhares de elementos – cerca de 5.000, entre as entradas e as saídas previstas –, sendo que este número tende a agravar-se com a transição para a situação de reserva de muitos outros profissionais.

Responsáveis de associações socioprofissionais da GNR têm denunciado que já são inúmeros os locais de serviço a trabalhar no limite e que se multiplicam as áreas do país em que as patrulhas às ocorrências só podem ser garantidas por via do agrupamento de Postos, em prejuízo da segurança das populações e do policiamento preventivo e de proximidade que se pretende garantir.

A cerca de um mês para o final do ano, o PSD lamenta que não exista “perspetiva de quando é que será, de facto, realizado o anunciado e necessário reforço do efetivo da GNR através da incorporação dos 200 novos militares” tão necessários para garantir a ordem pública e a segurança das populações.

“DESCALABRO” NA POLÍTICA CULTURAL



O PSD questionou a ministra da Cultura a propósito do “modelo de atribuição de apoios, mas sem o financiamento adequado” para as artes. Num debate no Parlamento, na sexta-feira, dia 29, os deputados social-democratas contestam o “desnorte” e o “descalabro” da política cultural do Governo, que se revelam na ausência de projetos, de objetivos e de verbas, quando “a única coisa que sobra são uma série de promessas por cumprir”.

O grupo parlamentar social-democrata confrontou Graça Fonseca com a falta de investimento em diversas zonas do país, “uma realidade que resulta de quatro anos de apoio das bancadas da esquerda ao Partido Socialista”. “Os senhores deputados do PCP [que agendaram o debate] aprovaram os quatro Orçamentos do Estado apresentados pelo anterior Governo. A isto chama-se falta de responsabilidade, falta de seriedade e uma clara subserviência ao PS”, lembrou Fernanda Velez, deputada social-democrata.

Na mesma linha, Ricardo Baptista Leite, referiu que “quando se fala de cultura e das artes, a esquerda enche a boca e bate com a mão ao peito quando está na oposição, mas trata com os pés e com desprezo quando assume responsabilidades”.

“O Governo estancou a contestação mais visível, com a velha técnica socialista de distribuir cheques para disfarçar a sua incompetência, aumentando a iniquidade do programa. Depois tivemos de tudo: desde grupos de trabalho para melhorar o modelo, até à alteração das normas de atribuição de apoios financeiros. Mas, no dia 11 de outubro deste ano – convenientemente depois das eleições – foram publicados pela Direção-Geral das Artes os resultados provisórios do novo concurso. Foi esse o momento em que caiu a máscara ao Governo. Um concurso que deixou sem financiamento 75 das 177 entidades aprovadas pelo júri”, apontou Baptista Leite.

Carlos Silva, deputado do PSD, insurgiu-se, por sua vez, contra a “postura verdadeiramente cínica do Primeiro-Ministro ao mostrar-se surpreendido com os protestos, quando ele próprio é o primeiro responsável pelo subfinanciamento que se vive na Cultura”. E a prova, diz Carlos Silva, é os “0,2%” que o Governo destina no Orçamento do Estado para a Cultura.



Nesta iniciativa, o grupo parlamentar social-democrata destaca que, “apesar de todos os constrangimentos com que se tem deparado ao longo das suas quatro décadas de existência, muitas delas decorrentes do facto de existir fora dos chamados grandes centros urbanos”, a bienal de arte é “mais antiga do país e Península Ibérica e impôs-se como um dos acontecimentos mais relevantes fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto”.

A candidatura da bienal de Cerveira ficou assim excluída de financiamento público na próxima edição, quando recebeu o apoio direto de 40.000 euros em 2013, 44.800 euros em 2015 e 40.000 euros tanto em 2017 como em 2018.

PSD defende a continuação de financiamento à bienal de Cerveira

O grupo parlamentar do PSD recomenda ao Governo a manutenção do financiamento à bienal de arte de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo, que ficou excluída do Programa de Apoio Sustentado 2020-2021 da Direção-Geral das Artes (DGArtes).

No projeto de resolução, os deputados do PSD afirmam que a decisão do Executivo “coloca em causa a viabilidade e a continuidade daquela que é a mais antiga bienal de artes do país”.

O PSD lamenta que não obstante o governo anunciar o investimento na cultura e a necessidade de ser promovida a descentralização das artes, “veio a público que a DGARTES, ao contrário do que tem vindo a suceder, não atribuiu qualquer verba à Fundação Bienal de Artes de Vila Nova de Cerveira”.

“A subsistência dum acontecimento desta relevância numa região transfronteiriça, fora dos grandes centros urbanos, apenas foi possível com o apoio financeiro da autarquia e do estado nomeadamente através da DGARTES”, assinalam os deputados

O PSD recorda que a “bienal de arte de Vila Nova de Cerveira é desde 1978, e desde 2010, através da sua fundação, um ator fundamental na promoção da descentralização cultural ao ter um papel essencial na promoção das artes plásticas nacionais e internacionais”.



PSD QUER OUVIR MINISTRA DA SAÚDE SOBRE AUMENTO DE MORTALIDADE INFANTIL

O grupo parlamentar do PSD quer ouvir a ministra da Saúde, Marta Temido, e a diretora-geral de Saúde, Graça Freitas, no Parlamento sobre o aumento das taxas de mortalidade infantil e materna.

No requerimento apresentado, dia 2 de dezembro, na comissão parlamentar de Saúde, o PSD sustenta que no ano passado aquelas taxas de mortalidade sofreram “um brutal e preocupante agravamento, registando valores humanamente inaceitáveis, além potenciadores de significativo alarme social”.

O PSD cita as 287 mortes durante o primeiro ano de vida em 2018, mais 58 do que em 2017, subindo a taxa de mortalidade infantil para 3,3 óbitos por mil nascidos-vivos, o valor mais alto desde 2009.

Relativamente a mortes maternas, “morreram, no ano passado, 17 mulheres, quase o dobro do que em 2017 e o triplo de 2015, subindo a taxa de mortalidade materna para 19,5 mortes por cada cem mil nascimentos, o valor mais alto das últimas décadas”, aponta o PSD.

Antes das audições, os deputados social-democratas pedem o envio por parte do Governo para a comissão de saúde de “todos os estudos realizados no âmbito do Ministério da Saúde a respeito do aumento das taxas de mortalidade materna e infantil verificados no ano de 2018”.



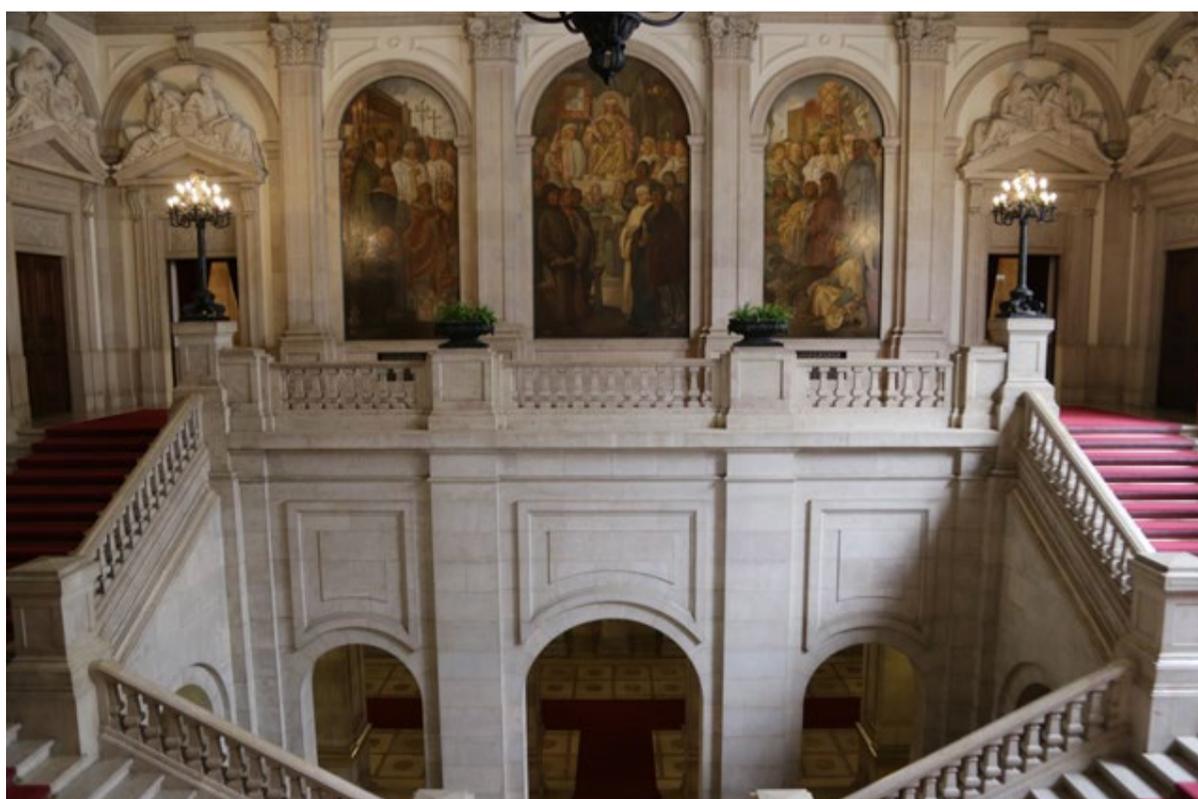
PSD PROMOVE CICLOS DE ALMOÇOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

O grupo parlamentar do PSD iniciou, sob a coordenação do deputado Maló de Abreu, um ciclo de almoços de trabalho subordinado ao tema da Política Externa Portuguesa e ao papel da diplomacia parlamentar.

Estes almoços contarão com a presença de um convidado diferente em cada semana – embaixadores, representantes de organizações internacionais, líderes de empresas ou personalidades relevantes – e dos deputados do PSD da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas ou de uma outra Comissão que manifestem interesse em participar nos mesmos.

O objetivo destes encontros será o de, num ambiente mais informal, permitir a discussão de temas relevantes no âmbito do relacionamento externo de Portugal de um ponto de vista parlamentar.

Até agora já se realizaram dois destes almoços: um com o embaixador da Sérvia, Oliver Antic, no passado dia 20 de novembro, e outro com a embaixadora da Finlândia, Tarja Laitiainen. Os almoços decorrem no Restaurante do Edifício Novo da Assembleia da República, às quartas-feiras, pelas 13h00.



PSD DE CASTELO BRANCO CONTESTA ENCERRAMENTO DE ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE IDANHA-A-NOVA

A distrital do PSD de Castelo Branco afirmou estar “frontalmente contra” um eventual fecho da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN) no âmbito do processo de reestruturação do Politécnico de Castelo Branco. “Defendemos, de forma clara e inequívoca, que somos frontalmente contra o encerramento da ESGIN, pois isso acarretaria prejuízos incalculáveis para o concelho [Idanha-a-Nova], acentuando o despovoamento num dos concelhos com menor densidade demográfica do país”, afirma, em comunicado, a distrital.

O presidente da instituição de ensino superior público de Castelo Branco, António Fernandes, afirmou recentemente que a proposta “é muito simples” e passa por quatro novas escolas para o IPCB, abandonando o atual figurino das seis escolas existentes, entre as quais está a ESGIN.

Os social-democratas entendem que a reorganização do IPCB advém sobretudo de um modelo de financiamento do ensino superior “desajustado da realidade do país e do contexto das instituições que o compõem”, nomeadamente no distrito de Castelo Branco. “A Comissão Política Distrital do PSD Castelo Branco compreende a importância de escolas descentralizadas e da sua importância no contexto de desenvolvimento regional, onde não há espaço para os tão típicos quintais de interesses socialistas que originaram a mais pequena Comunidade Intermunicipal do país”, sublinham.

“Entendemos que existirão aspetos a melhorar no sentido de tornar a escola [ESGIN] mais atrativa para os alunos da região e sobretudo, fora dela. Mais importante do que fazer da escola um instrumento de guerrilha política interna como fizeram dois autarcas do PS [Idanha-a-Nova e Castelo Branco], seria importante ouvir os alunos, pessoal docente e não docente e a direção da escola sobre aquilo que pode ser melhorado para que a reestruturação do IPCB se traduza numa mais-valia para uma escola com potencial de crescimento”, sustentam.

Por último, os social-democratas realçam que desperdiçar o capital regional “em lutas estéreis num tempo onde a cooperação institucional é uma mais-valia regional é um erro e demonstra o descontrolo a luta desenfreada pelo poder instalada no seio do PS”.



PSD DO ALGARVE DENUNCIA “AMPUTAÇÃO BÁSICA DO DIREITO À SAÚDE”



O PSD do Algarve considera o abaixo-assinado dos cirurgiões do Hospital de Faro um alerta de “extrema gravidade já que, entre outras coisas, pelo punho dos profissionais, descreve a ‘sistemática inexistência de camas para internamento de doentes urgentes’, a ‘recorrente ausência de acesso ao bloco operatório num tempo considerado ótimo’ ou os ‘sistemáticos entraves à realização de exames complementares de diagnóstico”.

Para a Comissão Política do PSD do Algarve, a região assiste a “uma amputação básica do direito à saúde”. “Todos estes episódios ou outros como o de doentes oncológicos que falecem sem ter acesso a tratamento devido como denunciado pelo PSD e caucionado pela Entidade Reguladora da Saúde –, não são já episódios isolados, pontuais, são, infelizmente a regra, como se constata pelos indicadores que traduzem perdas de oferta assistencial. Aos insistentes pedidos do PSD Algarve, das Ordens, dos sindicatos, dos cidadãos em geral, o Governo age conhecedor destes relatos sem qualquer comoção, mas pior, sem qualquer ação que promova a resolução dos mesmos”, assinala o PSD.

A Distrital presidida por David Santos espera que “seja possível encontrar uma solução que não desguarneça o Hospital de Faro”, ao mesmo tempo que lamenta “a inação perante o intolerável estado de coisas”, que prejudica o trabalho “dos médicos, que não dispõem de condições mínimas para realizar as suas funções, diminuídos na sua esfera da ação pelo volume de trabalho e constringidos pela impossibilidade de darem a cada doente aquilo que carecem em tempo útil”.

DEPUTADOS DO CÍRCULO DO PORTO INICIAM ROTEIRO DE PROXIMIDADE EM SANTO TIRSO



Os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, acompanhados pelos dirigentes locais do PSD de Santo Tirso e pela estrutura Distrital do Partido, iniciaram uma ronda de encontros com várias instituições locais. Uma das reuniões foi com a Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso, instituição com mais de 25 anos, onde foi possível confirmar a “forma simplista como o Governo está a tratar as IPSS”. Os deputados lamentam a visão ideológica retrógrada, nomeadamente “a estatização das respostas sociais” que conduz ao enfraquecimento da intervenção do terceiro sector.

Os parlamentares social-democratas confirmaram os problemas já diagnosticados em outras instituições similares: os Acordos de Cooperação com a Segurança Social, que são deficitários e não cobrem as despesas fixas inerentes ao funcionamento das valências; a falta de diálogo e abertura para a revisão dos Acordos, nomeadamente com a flexibilização do número de utentes face ao quadro de pessoal exigido; e a centralização de todas as decisões em Lisboa, tornando difícil a obtenção de respostas em tempo útil e com real conhecimento de causa. Este cenário acarreta dificuldades operacionais acrescidas, com especial incidência no domínio dos recursos humanos.

Num outro encontro, o grupo de deputados constatou o estado degradado e de condições precárias em que funciona a Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, uma escola pública cuja intervenção tem vindo a ser ignorada pelo Ministério da Educação e cuja manutenção urge pela degradação do edificado, com prejuízos claros para toda a comunidade escolar.

Também verificou a total falta de autonomia da escola para a resolução de problemas, ao nível dos recursos humanos operacionais, que se encontram em número insuficiente, bem como a falta de recursos financeiros para a manutenção e conservação corrente da escola.

Ainda durante esta visita, foi possível confirmar queixas relativas aos tempos de espera nas consultas e cirurgias

do Hospital de Santo Tirso, bem como verificar que as obras previstas para esta unidade hospitalar continuam à espera do desbloqueio das verbas para a reabilitação projetada, sendo que não está claro que o orçamento aprovado seja suficiente para a amplitude e necessidades da intervenção. Também foi possível confirmar o estado de inação, por parte da Câmara Municipal de

Santo Tirso perante estas questões relevantes para a população.

Face a este cenário de “grande preocupação”, os deputados do PSD comprometeram-se a questionar os respetivos Ministérios e o Governo no sentido da obtenção de respostas para os problemas detetados.

“Acima da social-democracia, a democracia. Acima da democracia, o povo português.”



GOVERNAÇÃO SOCIALISTA DESCURA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



O PSD/Açores advogou, em discussão parlamentar sobre o Plano e Orçamento para 2020, que a governação do PS na região “falhou” e não consegue “elevar os Açores e os açorianos para outros patamares de desenvolvimento”. “O PSD não se pode rever numa governação, que após 23 anos, o equivalente a 90% do IRS pago pelos açorianos, destina-se a pagar juros, rendas de parcerias público privadas e reforços de capital da SATA em resultado da sua gestão ruínosa”, sustentou o parlamentar social-democrata, António Vasco Viveiros.

O deputado falava na Assembleia Legislativa Regional no debate em torno da proposta de Plano e Orçamento da região para 2020. O PSD, que anunciou o voto contra, defende que os documentos se revestem de “falta de credibilidade”.

António Vasco Viveiros sustentou que, “na última legislatura, ficaram por executar 457 milhões de euros nos sucessivos planos, entre 2017 e 2018 ficaram por executar 228 milhões de euros” e “em 2019, com a taxa de execução conhecida no terceiro trimestre, ficará infelizmente por executar um valor superior a 100 milhões de euros, totalizando assim, nestes três anos, mais de 320 milhões de euros”.

O Plano e Orçamento, prosseguiu o social-democrata, “continua a ser um saco com muitas despesas que não são de investimento, mas sim despesas correntes”, e a dívida da transportadora aérea SATA é também motivo de preocupação. “A SATA constitui o exemplo extremo da incapacidade deste Governo [Regional] e da administração que classificamos de danosa dos interesses dos açorianos. Os prejuízos, só em 2017, 2018 e estimativa para 2019 totalizarão cerca de 150 milhões de euros. A escolha das sucessivas administrações da SATA foi do mesmo acionista que agora vem dizer que é necessária uma administração competente e conhecedora do setor, como se não tivesse responsabilidade pelas escolhas e resultados passados”, disse o deputado.

MIGUEL ALBUQUERQUE QUER MAIS JUVENTUDE NO PSD/MADEIRA

O presidente do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, defende a mobilização e a entrada de jovens militantes no partido, porque “é preciso precaver o futuro”. “Temos conseguido, ao fim de 43 anos, conter a erosão natural de um partido como o nosso, caso inédito, que em democracia está há 43 anos no poder. Mas é fundamental percebermos que os nossos militantes de maior destaque vão envelhecendo e, pela lei da vida, é essencial precaver o futuro”, declarou na sessão de encerramento do VII Congresso Regional dos TSD, que elegeu para presidente o ex-secretário regional do Equipamento e Infraestruturas Amílcar Gonçalves, signatário da única lista que se submeteu a sufrágio naquele encontro.

Para Miguel Albuquerque, esse desafio é realizável através da incorporação de novos militantes doutrinados pelos ideais da social-democracia. “Temos de fazer esse grande esforço, um esforço que implica humildade e boa vontade, um esforço que implica inteligência e perceção relativamente ao futuro e um esforço que, de facto, é aquilo que sempre foi o PSD. O PSD é mais do que um partido político. Nós somos um partido de militantes, não somos um partido de eleitores”, disse.



PSD/Madeira disponível para trabalhar com Governo da República

O deputado do PSD e vice-presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, José Prada, afirmou que os social-democratas estão disponíveis para trabalhar com o Governo socialista da República desde que “sejam encontradas soluções”. “Com a República, iniciamos esta nova legislatura na base do diálogo e da concertação, em nome do interesse superior da nossa região e do nosso povo. Estamos disponíveis para trabalhar conjuntamente, desde que sejam encontradas soluções e desde que se assumam, de parte a parte, as responsabilidades que devem ser assumidas”, declarou José Prada, que é também secretário-geral da estrutura regional do PSD/Madeira.

José Prada refere que o PSD não tem tempo “a perder com críticas destrutivas nem muito menos com política de esquina, que nada abona a favor da população” do arquipélago. “Temos um Programa de Governo para executar até 2023, através do qual continuaremos: a baixar os impostos, a apostar na saúde, na educação e no apoio social, assim como no ambiente e na agricultura, a captar mais investimento, a garantir mais e melhor emprego e a cumprir aquilo a que nos propusemos, junto da nossa população”, afirmou.

José Prada reconhece que a região tem hoje “um quadro político distinto dos anteriores”, mas “cumpre a sua principal função”, designadamente a de assegurar “a estabilidade, o progresso e o desenvolvimento” da Madeira.

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Fórum "A Europa do Futuro"



PSD envolve sociedade civil no debate

Páginas 10 e seguintes

em Marrocos



Acordos e convenções

Página 8

Estruturas do PSD



no círculo da Europa

Página 20

"O Autarca", recém-chegado jornal do ASD – Autarcas Social-Democratas, distribui, com esta edição de "Povo Livre", o seu N.º 1.

Desejamos ao nosso jovem colega, muitas felicidades e uma carreira de sucesso.

Edição n.º 1323 do "Povo Livre" | de 28 de maio de 2003.

"Fórum 'A Europa do Futuro': PSD envolve sociedade civil no debate". O PSD promovia o Fórum "A Europa do Futuro", no dia 23 de maio de 2003, em Lisboa, iniciativa que seria alargada a todo o País.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****AVEIRO**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os Militantes da Secção de Aveiro, para reunirem, no próximo dia 7 de janeiro (terça-feira) de 2020, entre as 14H00 e as 21H00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na Sede Concelhia, até às 24H00 do dia 4 de janeiro de 2020 (terceiro dia anterior ao ato eleitoral)

O ato eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 21H00.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Por indicação da Comissão Política de Secção, convoca-se a assembleia da Secção de Militantes de Oliveira de Azeméis, para reunirem no dia 11 de janeiro (sábado) de 2020, entre as 14H00 e as 20H00, sita na Rua Soares de Basto 150 B, em Oliveira de Azeméis, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: as listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos do PPD/PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro para reunir dia 16 de dezembro(segunda-feira) de 2019, pelas 20H30, na Sede da APOFORNO, sita na travessa da Escola nº 1, 3770-048 Troviscal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, distrito de Faro, para reunir no próximo dia 19 de dezembro (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede do PSD de Olhão, sita na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 R/c Dto, em Olhão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e votação da proposta de Plano de Atividades para o ano 2020;
3. Análise da situação política.

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Ourém, para reunir no dia 11 de janeiro (sábado) de 2020, pelas 14H00, na Sede Concelhia do PSD local, sita na Rua Dr. Carlos Vaz Faria de Almeida, nº 31 – 1º em Ourém, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral, entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com quotas em dia.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 11 de janeiro (sábado) de 2020, pelas 14H00, na Sede de Penafiel, sita na fração FRBE do Edifício Vila Gualdina, Rua Engenheiro Matos, Penafiel, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00.

PÓVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes da Secção da Póvoa do Varzim para reunirem dia 11 de janeiro (sábado) de 2020, das 14H00 às 20H00, sita na Praça do Almada, nº 7, Escritório 1, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas aos órgãos da Secção deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, na sede até às 24H00 do dia 8 de janeiro de 2020 (terceiro dia anterior ao ato eleitoral).

SESIMBRA

Nos termos dos Estatutos, convoca-se os Militantes da Secção de Sesimbra, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 11 de dezembro (quarta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede, sita na Rua da República nº 20 – 1º Esq.– Sesimbra com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise e situação política Concelhia e Nacional;
3. Plano de atividades e orçamento 2020.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela para reunir, no próximo dia 19 de dezembro (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, no Auditório Municipal de Tondela, sita na Rua Comendador Alberto Cardoso Matos 97, em Tondela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise, discussão e aprovação do plano de atividades para 2020;
2. Análise da situação política;
3. outros assuntos.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção dos Estados Unidos da América, para reunir no próximo dia 11 de janeiro (sábado) de 2020, pelas 11H00 (hora local) no Lar dos Leões, situado no 16 Gotthardt Street, Newark, NJ 07015, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estão abertas no local mencionado das 11H00 às 16H00 (hora local Costa Leste dos Estados Unidos da América).

NÚCLEOS**NOGUEIRA E SILVA ESCURA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Nogueira e Silva Escura, para reunir no próximo dia 12 de dezembro (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, no Pólo de Serviços de Silva Escura, sita na Rua D. Maria Mimosa dos Santos, nº 51, - Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jdsd.pt

**PENACOVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Penacova para o Plenário a realizar no próximo dia 11 de Janeiro de 2020 (Sábado) pelas 17h, na sede do PSD Penacova, Edifício do Penedo Raso R/c Esquerdo 3360-173 Penacova, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Penacova.

Notas:

As Listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Penacova, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 17h00m e as 19 horas.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD Póvoa de Varzim para reunir no dia 11 de Janeiro de 2020(sábado), pelas 15h00, na sede sita na Praça do Almada nº7 esc.1, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleições dos Órgãos Concelhios.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Póvoa de Varzim, ou ao seu substituto legal, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao início da ordem de trabalhos, na sede concelhia.

As urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 18 horas.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário de militantes da JSD de Rio Maior para reunir no dia 11 de Janeiro de 2020, pelas 15:30, na sede do PSD Rio Maior, sita na Avenida Paulo VI nº 43 1-D, em Rio Maior, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Rio Maior.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Rio Maior, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede concelhia.

No dia da eleição as urnas estarão abertas entre as 15h30m e as 18h30m.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, a Mesa do Conselho Distrital da JSD Distrital do Porto convoca os militantes da concelhia de Vila do Conde, para reunirem no próximo dia 11 de Janeiro de 2020, pelas 15:00H na sede concelhia do PSD Vila do Conde, sita na Praça da República 7, 4480-754 Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Vila do Conde.

Notas:

As eleições decorrerão entre as 15h00m e as 18h00m. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Vila do Conde.

NÚCLEO DO REDONDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo da JSD de Redondo para reunir no dia 11 de Janeiro de 2020 (Sábado), pelas 14h, na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 1, 7170-019, em Redondo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos do Núcleo da JSD Redondo.

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Évora a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14h00m e as 16 horas.

NÚCLEO DE ROMARIZ – St^a. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Romariz, para o dia 5 de Janeiro de 2020 pelas 09h00m, na Rua da Goim, 3700-896, Romariz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 09h00m e as 11h00m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.